

NOÇÕES DE NUMISMÁTICA IBÉRICA (III).

(Continuação).

IX

OS REIS PORTUGUESES E SUAS MOEDAS.

Dinastia de Avis

D. João I, De Boa Memória.

1385-1433

10.º Rei

Histórico — D. João I, segundo filho de D. Pedro I e de D. Teresa Lourenço (filho natural).

Nasceu em Lisboa, a 12 de abril de 1357.

Foi aclamado a 6 de abril de 1385. Reinou 50 anos.

Casou com D. Filipa de Lencastre, de quem teve cinco filhos, sendo um o infante D. Fernando que morreu em Ceuta e cognominado o *Santo*; outro D. Pedro, duque de Coimbra; o infante D. Henrique; D. Duarte que depois foi rei e dois filhos naturais.

Faleceu em Lisboa a 14 de agosto de 1433 com 75 anos. Jaz no mosteiro da Batalha, por êle mandado levantar, como monumento de sua vitória em Aljubarrota.

D. João I foi um dos maiores monarcas portugueses, príncipe intrépido, liberal e clemente. Além do exercício das armas a que era naturalmente dado, D. João também protegeu as letras e teve particular afeição a Vasco da Lobeira, autor do *Amadis de Gaula*. Como legislador publicou leis utilíssimas e mandou traduzir o código de Justiniano.

Batalha de Trancoso. Aclamado D. João, o rei de Castela invadiu a província da Beira, onde os seus soldados cometeram toda a casta de roubos, mortes e sacrilégios. A cidade de Vizeu foi posta a saque e reduzida a cinzas, sem a menor resistência. Afinal os dois exércitos avistaram-se junto de Trancoso, onde se feriu uma sangrenta batalha da qual os portugueses saíram vitoriosos.

Batalha de Aljubarrota. Não fôra decisiva a vitória de Trancoso e D. João precisava de uma vitória que lhe assegurasse para sempre a corôa e a independência do reino que as Côrtes de Coimbra lhe acabavam de dar. Não tardou que se lhe oferecesse ensêjo para êste feito. O rei de Castela, tendo sabido do êxito da batalha de Trancoso, entrou com um grosso exército pela província da Beira, onde levou tudo a ferro e fogo; tomou Celorico, arrasou Trancoso e apossou-se de Leiria. O rei de Portugal reuniu suas tropas às de Nuno Álvares Pereira e, em 14 de agôsto de 1385, os dois exércitos se encontravam nas planícies de Aljubarrota. Aqui se feriu uma batalha famosa, em que os castelhanos muito superiores em número foram completamente derrotados.

Esta batalha, comandada em pessoa pelo rei D. João I, decidiu da sorte de Portugal e firmou no trono o mestre de Avis.

Casamento de D. João. O duque de Lencastre, informado dos sucessos de D. João, julgou ser o momento favorável para fazer valer os seus direitos à corôa de Castela; aprestou uma esquadra, onde embarcou as tropas que pôde congregar e velejou para Portugal. O rei e o duque fizeram uma liga contra Castela e um dos artigos do tratado estipulava o casamento do rei de Portugal com D. Filipa, filha do duque. Os dois aliados, depois de terem invadido a Espanha sem vantagem, entraram novamente em Portugal, onde o rei castelhano lhes mandou propor a paz. Uma das condições foi que D. Henrique, filho do rei, casasse com D. Catarina, filha do duque. Ouvido o rei de Portugal, o duque aceitou as condições propostas e a paz foi feita. A paz em Portugal foi definitivamente assinalada em 1403. D. João cumpriu a sua palavra, casando-se com D. Filipa de Lencastre.

Conquista de Ceuta. Quase no fim de seu glorioso reinado, D. João resolveu ampliar para os lados da África o domínio português e a expedição a Ceuta foi resolvida. Em agôsto de 1415 o rei de Portugal, acompanhado de seus filhos, que nessa conquista muito se distinguiram, tomava aquela cidade africana, garantia de futuros empreendimentos. E na mesquita principal da nova cidade portuguesa, os infantes D. Pedro e D. Henrique e o príncipe D. Duarte eram armados, por seu pai, cavaleiros.

Primeiros descobrimentos dos portugueses. Consolidada a independência e alargada a monarquia para os lados da África, os portugueses sob os auspícios do imortal D. Henrique foram em demanda de novas terras, novos céus e estranhos climas. Para isso, o magnânimo príncipe que se tinha dedicado ao estudo das ciências matemáticas, estabelecia a sua residência em Sagres, próximo ao cabo de São Vicente, para melhor as estudar e delas tirar aplica-

ções à navegação. Foi da marinha de Sagres que saíram os primeiros navios que levaram os portugueses a montar o Cabo Não e a descobrir o Cabo Bojador, as ilhas da Madeira e Pôrto Santo, os arquipélagos de Cabo Verde e Bissagós e os rios Gâmbia, São Domingos e Grande.

Nova nobreza. D. João, no princípio de seu reinado, viu-se rodeado apenas do povo que o ajudou a libertar o reino do domínio castelhano e de alguns nobres em pequeno número; assim, pois, criou uma nobreza nova e os senhores que o tinham auxiliado ou com as armas na mão ou com os seus conselhos, como Nuno Álvares Pereira, João das Regras, Mem Rodrigues de Vasconcelos, Antão Vasques d'Almada, Gil da Cunha, Martim Afonso de Melo, D. Pedro de Menezes e outros, tiveram a melhor parte do reino e vários títulos de nobreza. Dêstes, o principal coube a D. Nuno Álvares Pereira que teve os títulos e os condados de Ourem, de Arraiolos, de Barcelos, de Faria e de Naiva, mais tarde incorporados à Casa de Bragança.

Heráldica. D. João I reformou o escudo das armas reais, tirando da orla cinco castelos e assentando o escudo sôbre a cruz de Avis e por timbre um dragão, não só como atributo de São Jorge que era o seu grito de guerra, mas também por possuir a Ordem da Jarreteira, de que o Santo é padroeiro. A cruz de Avis figurava no escudo, por ser êle o mestre da Ordem para a qual foi nomeado com a idade de 7 anos.

Numismática. D. João I cunhou em prata e em bilhão os *riais* e os *meios riais*; em cobre os *ceitis*.

Não há notícia de durante o seu reinado se ter lavrado moeda de ouro em Portugal e quando mandou cunhar os primeiros *riais* era ainda simplesmente “defensor e regedor do reino”.

Foi grande a depreciação das moedas no tempo de D. João I, quer aumentando-se-lhes a liga, quer diminuindo-se-lhes o pêso, quer subindo-se-lhes o valor; mas o povo, talvez “pressentindo a época gloriosa que Portugal ia atravessar”, nunca se queixou dessa depreciação. Teixeira de Aragão conta mesmo que o povo usava os *reais* cunhados por D. João I quando era regedor e feitos das pratas pertencentes às igrejas, como uma espécie de talismãs a que atribuía certas virtudes.

Depois da aclamação de D. João I a moeda tornou-se ainda mais fraca; mas as provas do patriotismo popular foram também mais extremas e Fernão Lopes conta que os concelhos ordenaram entre si

“que se tirasse logo hum pedido para a paga do soldo, e fazer moeda, em que montasse quatro centas mil

liuras, que eram huas cem mil dobras; e estes dinheiros se hauiam de pagar, em graves e barbudas, e dinheiros meudos, ou em prata, se algum dar quizesse, e destas moedas auiam de fazer outra nom tam boa, de guisa que sua multiplicaçam ouvesse hi auondo para soldo das gentes, e das necessarias despesas, e assi foi que por acordo de todos mandou EIRey laurar moeda de reaes de lei de hum dinheiro, que valia cada um dez soldos”.

Souza Viterbo, confirmando Severim de Faria, diz que o *ceitil*

“foi moeda de cobre mandada lavrar por D. João I em memória da cidade de Ceuta e que valia a sexta parte do *rial*”;

Teixeira de Aragão acha mais natural que os ceitis, lavrados só por D. João I nos últimos tempos do seu reinado, fôssem destinados a correr exclusivamente em Ceuta.

MOEDAS DE D. JOÃO I

Prata	{	Reaes como regedor Reaes lavrados depois de rei
Bilhão	{	Reaes de 10 soldos Reaes de 3 1/2 libras Meios reaes cruzados de 35 soldos Reaes de 10 reaes
Cobre	Ceitil

*

Moedas de prata.



Fig. 19 — REAL — Anverso: I H N S. DEI. GRA. REX. PO. ET. A. Corôa real entre oito arcos e por baixo: J. II. N. S. e a marca monetária L. Reverso: ADJUTORIUM NOSTRUM Q. Cinco quinas e quatro castelos Prata baixa.

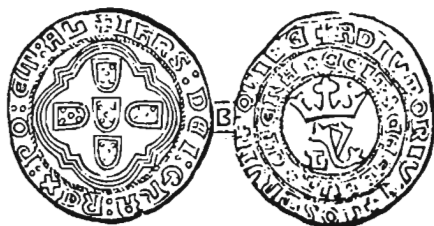


Fig. 20 — REAL — Anverso: J H N S. DEI GRA REX PO ET AL. Quinas entre arcos.
 Reverso: ADJUTORIUM NOSTRUM QUI FECIT CEELUM E TERA, em dois círculos; no campo a corôa real e por baixo as letras Y e L.
 Prata muito baixa.
 Nota. Êstes exemplares, embora apresentando o mesmo tipo, foram lavrados em ligas diversas.

Frações dos Reaes.

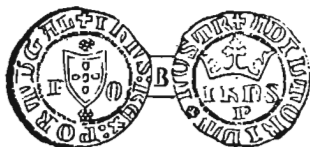


Fig. 21 — Anverso: J H N S. REX PORTUGAL. Escudo das quinas acostado de duas estrêlas e das letras P O.
 Reverso: ADJUTORIUM NOSTR. Corôa aberta e por baixo: J. H. N. S. e a letra P. Prata baixa.

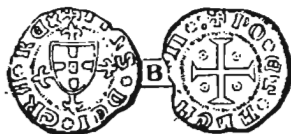


Fig. 22 — Anverso: J H N S. REI GRA REX. Escudo com as quinas e Cruz de Avís.
 Reverso: PO. ET. ALGARBII. Cruz da Ordem de Cristo cantonada de quatro pontos. Prata muito baixa.



Fig. 23 — Anverso: J H N S. DEI GRA REX. Quinas entre quatro arcos.
 Reverso: ADJUTORIUM NOSTR. Corôa e pontos ocultos; por baixo as iniciais J H N S. e a letra monetária L. Prata muito baixa.

*

* *

D. Duarte, O Eloquentemente.

1433-1438

11.º Rei

Histórico — D. Duarte, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre.

Nasceu em Vizeu, a 31 de outubro de 1391.

Foi aclamado em 15 de agosto de 1433. Reinou 5 anos.

Casou a 22 de setembro de 1428 com D. Leonor de Aragão, filha de D. Fernando, rei de Aragão, da qual teve cinco filhas e quatro filhos, sendo um D. Fernando, pai do rei D. Manuel.

Faleceu em Tomar a 9 de setembro de 1438 com 46 anos.

Jaz no mosteiro da Batalha.

Desde tenra idade D. Duarte deu manifestos sinais da sua capacidade para a cultura das ciências. Tão dado foi ao seu estudo, que passava horas inteiras com os livros ou em convivência com os homens mais instruídos do seu tempo. Foi o primeiro rei português que mandou escrever as crônicas dos seus antecessores, confiando este trabalho a Fernão Lopes, o pai da história portuguesa.

O seu *Leal Conselheiro* que escreveu e dedicou à rainha, os seus escritos sobre a *Justiça e Deveres*, o seu *Livro de ensynança de bem cavalgar toda sela*, grangearam-lhe o epíteto de *Eloquentemente*. No ano de 1434 fez publicar a chamada *Lei mental* atribuída ao célebre João das Regras, pela qual os bens de doação régia voltariam para a corôa, quando não houvesse herdeiro direto varão. Por esta lei, as filhas eram excluídas de suceder nos bens da corôa que seus pais tivessem possuído, salvo por especial graça do rei.

Em 1437 por instância de seus irmãos, os infantes D. Henrique e D. Fernando, desejosos de adquirir nome ilustre, empreendeu a conquista de Tânger e depois de obtida uma bula do papa Eugênio IV, em favor da cruzada contra os infiéis da África, consentiu e auxiliou os desejos dos infantes. Chegados aos campos de Tânger, como as forças dos árabes fôssem muito numerosas, os portugueses foram vencidos, tendo, para abandonarem as praias africanas, de capitular, ficando o infante D. Fernando como refém. Esta empresa malograda custou grande número de vidas às forças de D. Duarte.

Os mouros entregavam o infante se os portugueses evacuassem a praça de Ceuta, a primeira conquista de Portugal em África.

ca. As côrtes de Leiria opuseram-se à troca da praça africana pelo infante e este mesmo não o consentiu, apesar dos maus tratos que sofria e possuído de uma santa resignação, morreu cativo em Fez.

Esta decisão maguou em extremo o monarca, que amava muito a seu irmão e por certo lhe abreviou os dias. A peste que grassava no reino o vitimou, roubando aos portugueses um príncipe virtuoso e muito ilustrado.

Heráldica — D. Duarte usou as mesmas armas de seu pai, sem alteração alguma.

Numismática — D. Duarte fêz cunhar em ouro os *escudos*; em prata os *riais* ou *liais*; em bilhão os *riais brancos*; em cobre os *ceitis* e *riais pretos*.

Do *escudo* só consta existir um exemplar numa coleção em Copenhague e Teixeira de Aragão declara não ter encontrado nos documentos coevos notícias sôbre a cunhagem desta moeda.

O monarca fêz cunhar *ceitis* muito semelhantes aos de seu pai e *riais pretos* também em cobre, com o valor computado em 3 1/2 libras.

MOEDAS DE D. DUARTE

Ouro	Escudo
Prata	Real ou leal
Bilhão	Real branco
Cobre	} Ceitil Real prêto

Moedas de ouro.



Fig. 24 — ESCUDO — Anverso: DOMINI EDUARDUS RX PORTUGALIE — E coroado e a marca L. Reverso: JESUS CRISTI SALVA NOS CRUS — Escudo das armas coroado e a cruz de Avis.

Moedas incertas de cobre.



Fig. 25 — DINHEIRO — Anverso: EDUARDI REX PORT. Cinco quinias e quatro castelos.
Reverso: EDUARDI REX PORT. As iniciais E D coroadas.



Fig. 26 — REAL PRÊTO — Anverso: EDUARDI REX PORT. No campo da moeda a inicial E coroada e a letra monetária L.
Reverso: EDUARDI REX PORT. Cinco quinias e quatro castelos.

*

* *

D. Afonso V, O Africano.

1438-1481

12.^o Rei

Histórico — D. Afonso V, filho de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão, nasceu em Cintra, a 15 de janeiro de 1432.

Casou com D. Isabel, filha de seu tio o infante D. Pedro, da qual teve três filhos.

Foi aclamado rei a 19 de fevereiro de 1438, tendo 8 anos de idade e subiu ao trôno a 9 de setembro de 1448. Reinou 43 anos.

Faleceu em Cintra a 28 de agosto de 1484, com 49 anos, vítima da peste. Jaz no convento da Batalha.

Conquistas em África — D. Afonso, estimulado pela malograda expedição do reinado anterior, intentou novas campanhas na África, tomando Alcácer Ceguer (1458), Arzila (1471) e Tânger, abandonada pelos mouros, assustados com as vitórias do rei de Portugal. Desde então o monarca começou a intitular-se *Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África*.

Para comemorar seus brilhantes feitos militares em África, D. Afonso instituiu em 1458 a Ordem Militar da Torre e Espada

e a 7 de junho de 1459 fazia doação do governo espiritual das conquistas ultramarinas à Ordem de Cristo.

Guerra com Castela — D. Afonso depois da morte de sua esposa D. Isabel, tinha ajustado o casamento com D. Joana, filha de D. Henrique de Castela. Este, falecendo, D. Fernando, rei de Aragão, casado com D. Isabel, irmã do falecido monarca, juntou aos seus títulos o de rei de Castela. D. Afonso passando a fronteira com um exército chega a Placência, casando-se com D. Joana, quando é reconhecido rei de Castela. Dessa cidade passa a Toro, onde se trava uma violenta batalha em que o exército por ele comandado foi vencido pelo de D. Isabel de Aragão.

Este desastre obrigou o monarca português, ferido profundamente no seu orgulho, a ir à França solicitar socorro de Luís XI, deixando ao príncipe D. João o governo do reino. O acolhimento que teve em Paris às suas pretensões, não foi como esperava e vendo frustradas tôdas as suas esperanças, segue para Jerusalém, escrevendo a seu filho que se fizesse proclamar rei, o que se efetuou em Santarém a 10 de novembro de 1477.

D. Afonso V não tardou em abandonar o projeto que concebera em horas de amargura e voltando a Portugal foi recebido por D. João, o qual, sendo o primeiro a prestar-lhe homenagem, faz-lhe a entrega do cetro e renuncia generosamente ao título da realeza.

Durante a estada de D. Afonso em França, a guerra continuou nas praças de Espanha que ainda seguiam o seu partido; mas tendo afinal o monarca português desistido, a 14 de setembro de 1479 o Tratado de Alcântara punha fim a luta entre Portugal e Castela.

Rui de Pina, que o conheceu pessoalmente, assim se refere:

“alto, de presença agradável, rosto redondo, barba preta; depois dos trinta anos começou a encalvecer e a engordar. Era muito religioso, humano, familiar no trato e instruído; reuniu uma boa livraria no paço e foi o primeiro dos nossos reis que saia freqüentes vêzes pelas praças e lugares públicos a passeio. Teve vida regrada, parco na comida, sofredor, esforçado, amigo da música, mas com dificuldade aceitava conselhos que contrariassem a sua opinião” (4).

Heráldica — Teve o mesmo brasão de armas de seu pai e usou como divisa o rodízio de um moinho, com o dístico *ja mais*.

Numismática — De Afonso V conheceu-se em ouro o *escudo*, *meio escudo* e *cruzado*; em prata o *rial*, o *rial grosso* e o *meio rial*

(4). — Ruy de Pina, *Crônica de D. Afonso V*.

grosso ou *chinfram*; em bilhão o *rial branco*, o *espadim* e o *cotrim*; em cobre o *ceitil* e o *rial preto*.

O *escudo*, também conhecido pelo nome de *dobra*, valia 140 *riais brancos*. Teixeira de Aragão conta só ter conhecido dois exemplares desta moeda.

O *cruzado* de ouro foi, segundo Rui de Pina, mandado lavar em 1457, quando Afonso V se preparava para a cruzada contra os turcos, que pouco antes se tinham apoderado de Constantinopla, recomendando o rei que os fizessem do mais fino ouro para serem superiores a todos os *ducados* das outras nações cristãs.

O *rial* de prata, ou *lial*, foi continuado do reinado anterior; mas julga-se que Afonso V em 1457, quando mandou cunhar os *cruzados*, substituiu os *liais* pelos *riais grossos*, também chamados simplesmente *grossos* ou *alfonsis*.

Os *meios grossos* ou *chinfrans* foram provavelmente cunhados pela mesma ocasião; Aragão afirma que por uma lei de 1472, o *chinfram* — cujo nome provinha de *chifrado*, *adelgado* — valia doze *riais brancos*.

Os *riais brancos* mandados lavar por D. Afonso V são a continuação dos de seu pai; Gomes Eanes de Azurara afirma que o rei mudara os *riais brancos* em outra moeda mais baixa chamada *espadim*. Severim de Faria pretende que o *espadim* foi criado em comemoração da *Ordem da Torre e Espada*, instituída por D. Afonso V para a conquista de Fez e refere a seguinte lenda verdadeiramente maravilhosa:

“Na mais alta torre desta cidade estava uma espada engastada por antigo astrólogo dos mouros, com prognóstico, que quem pelo valor das armas dali a tirasse, havia de ser senhor do mundo”.

Segundo um documento de 1482, o *cotrim* valia cinco *ceitis* e Aragão afirma que, tendo o *cotrim* um pêso muito semelhante ao *espadim*, a sua liga devia ser muito inferior, porque valia quatro a cinco vêzes menos do que estes. Devia ser muito inferior, mas em alguns exemplares comparados por aquêle autor, encontram-se *espadins* com menos prata do que os *cottrins*, irregularidades e abusos estes que levavam os povos a pedirem em côrtes providências que os evitassem.

Os *ceitis* tornaram-se muito abundantes no tempo de D. Afonso V; tiveram curso na metrópole pelo menos desde 1472; o seu pêso variou muitas vêzes e em vez das letras com o nome do rei, como os do tempo de D. João I e D. Duarte, tinham agora as muralhas de Ceuta “com três tôrres em cima, banhadas pelo mar”.

MOEDAS DE D. AFONSO V

Ouro	{ Escudo Meio escudo Cruzado
Prata	{ Real com A no campo Real grosso Meio real grosso ou chinfran.
Bilhão	{ Real branco Espadim Cotrim
Cobre	{ Ceitil Real prêto

Moedas de ouro.

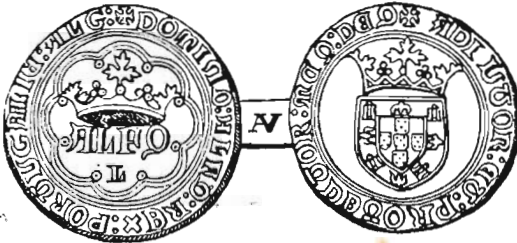


Fig. 22 — Anverso: DOMINUS ALFONSUS QUINTUS REX PORTUGALIAE ALGARBI. No campo da moeda — ALFQ — com uma corôa por cima e a marca monetária L.
Reverso: ADJUTOR ET PROTECTOR MEUS DEUS. Escudo das armas com corôa e entre os castelos a cruz de Avis.

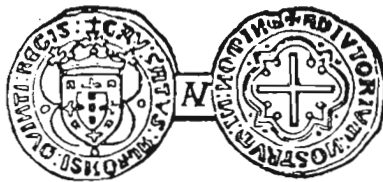


Fig. 28 — CRUZADO — Anverso: CRUSATUS ALFONSI QUINTI REGIS. Escudo real coroado e com a cruz de Avis.
Reverso: ADJUTORIUM NOSTRUM IN NOMINE. Cruz entre círculos.

Moedas de prata.



Fig. 29 — GROSSO ou ALFONSI — Anverso: ALFONSUS QUINTI REGIS PORTUGALI. No campo da moeda — A L F Q — coroado e a marca L. Reverso: ADJUTORIUM NOSTRUM IN NOMINE DOMINI. Quinas entre arcos.

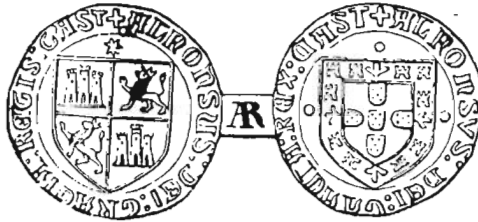


Fig. 30 — Intitulando-se D. Afonso V rei de Castela, mandou lavrar esta moeda que apresenta no anverso as armas de Portugal e no reverso as de Castela. Peça lei de 25 de dezembro de 1498, D. João II mandou recolher estas e outras moedas correntes.



Fig. 31 — ESPADIM — Anverso: ALFONSUS DEI GRATIA REGIS. Mão empunhando uma espada nua com a ponta para baixo. Reverso: ADJUTORIUM NOSTRUM IN NOMINE. Escudo de armas sem corôa e com a cruz de Avis. Esta moeda "mandou lavrar El Rei D. Afonso V em memória da Ordem da Espada que instituiu para a conquista de Fez, na mais alta tórre, na qual se dizia, que estava uma espada engastada por um antigo astrólogo dos mouros, com prognóstico, que quem pelo valor das armas dali a tirasse, havia de ser senhor do mundo".

Moedas incertas.

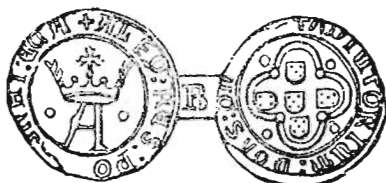


Fig. 32 — COTRIM — Prata baixa, valia 5 ceitis. No Capitulo das Côrtes Gerais de D. João II, de 1481 a 1482" se queixaram os povos do damno que o Sr. D. Affonso V causou no lavramento das moedas, fazendo lavar Espadins e Cotrins, que eram já muito diminuídos em lei de moeda, arredando-os e dando lugar aos rendeiros de os desfazerem, tomando o conselho de alguns para levantar o valor das Libras, e fazendo a lei de lhes acrescentar o preço. — Respondeu a este Capitulo o Sr. D. João II, que a Ordenação do Sr. D. Affonso V se fizera com toda a justiça, e ainda mais favorável do que o direito requeria". (*Coleção de Côrtes da Academia*, Tomo X, pág. 144).

Moedas incertas de cobre.

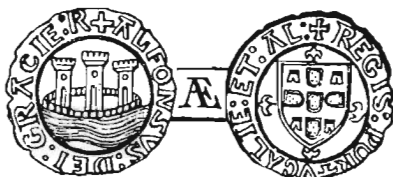


Fig. 33 — Anverso: ALFONSUS DEI GRATIA. Umas tôrres; há muitas variedades nas legendas e tipos.
Reverso: REGIS PORTUGALIE ET AL. Escudo sem corôa, com quinas, castelos e Cruz de Avis.

* *
*

D. João II, O Príncipe Perfeito.

1481-1495

13.º Rei

Histórico — D. João II, filho de D. Afonso V e de D. Isabel, nasceu em Lisboa a 31 de maio de 1455 e casou em Setúbal a 22 de janeiro de 1471, com D. Leonor, filha do duque de Vizeu, D. Fernando, tendo 16 anos de idade.

Foi jurado a 25 de junho de 1455 e aclamado em Cintra a 31 de agosto de 1481.

Faleceu em Alvor a 25 de outubro de 1495, aos 40 anos de idade, sendo sepultado na capela de Santa Maria do Pranto, no mosteiro da Batalha.

D. João II era de gênio belicoso e muito dado às letras, com especialidade à eloquência e à história. Era costume seu, para saber como o seu governo era olhado pelos seus súditos, mandar por todo o reino pessoas de sua confiança que o informassem do modo como os seus oficiais tratavam o povo e do que nas províncias se dizia da sua pessoa e governo. Tinha um registro de seu uso, onde anotava as qualidades dos principais cidadãos que serviam o Estado e dos que se proponham desempenhar quaisquer cargos públicos, não admitindo a estes senão pessoas de reconhecida capacidade. Assistia freqüentemente às decisões dos tribunais, sendo raro que o seu ânimo se inclinasse para a clemência.

No poder mostrou-se insigne na política; arcando contra os direitos senhoriais, tirou aos nobres a jurisdição criminal e outros privilégios que tornavam menos independente o poder real, empregando alguns atos que, pela dureza, deslustram a sua memória. Os fidalgos, vendo violados os direitos a que estavam acostumados, resolveram defendê-los e incumbiram dessa defesa a D. Fernando, duque de Bragança. Este foi prêso, processado em vinte e quatro horas e decapitado em Évora, tendo D. João II assistido a votação e ao lavramento da sentença. Esta morte aumentou o ódio de grande número de nobres, os quais elegeram para novo chefe o duque de Vizeu, D. Jaime, irmão da rainha e decidiram numa reunião o assassinato de D. João II.

O rei achava-se em Setúbal e sabedor do que se tramava, chamou dissimuladamente o cunhado e primo e lançando-lhe em rosto a traição, o apunhalou no vão de uma janela. Os conspiradores que não foram executados ou presos, fugiram do reino e a alguns, mesmo em país estrangeiro, os alcançou a justiça de D. João II.

A luta encetada pelo monarca contra a nobreza teve como resultado imediato a unificação da autoridade real e a centralização da monarquia.

Passadas estas perturbações, cuidou D. João II do desenvolvimento do reino que herdara; continuando as descobertas e conquistas de África, tornou-se senhor da Guiné, da qual tomou posse Diogo de Azambuja, a 12 de dezembro de 1481. Em 1499 aparece em Lisboa Cristóvão Colombo, oferecendo-se a D. João II para continuar o descobrimento da Índia para o Ocidente, isto é, para descobrir as *Índias ocidentais* como elle lhe chamava, pois as *orientais* já havia até certo ponto conhecimento; mas os cosmógrafos portugueses levaram o empreendedor monarca a repelir as propostas do ousado navegador que se dirigindo a Espanha, ficou a serviço de Isabel de Castela.

D. João ao morrer, deixava a grandeza do reino consolidada e aplanado o caminho para a glória, cujo fruto o seu sucessor devia colher.

Heráldica — D. João II continuou com os mesmos títulos usados por seu pai até 1485, em que acrescentou “e *Senhor de Guiné*”. Reformou o escudo das armas, tirou-lhe a cruz de Avis e pôs no alto os escudetes dextro e sinistro que se usavam deitados, sendo dez os castelos da orla, três em chefe, um em ponta e três de cada lado.

MOEDAS DE D. JOÃO II

Ouro	}	Cruzado
		Justo
		Espadim ou meio justo
Prata	}	Real
		Meio real
Cobre		Cinquinho
		Cecil

*

Moedas de ouro.

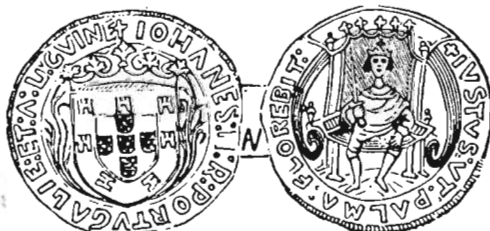


Fig. 34 — JUSTO — Anverso: JOHANNES. II. R. PORTUGALIAE ET A. D. GUINE. Escudo Real com as quinas pendentes e sem a Cruz de Avis. Reverso: JUSTUS UT PALMA FLOREBIT. O rei armado e sentado no trono, tendo em uma das mãos o cetro. Há variedades nos cunhos e nas letras do rei.

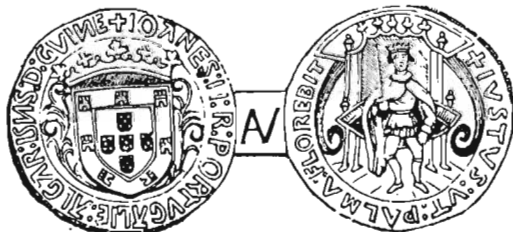


Fig. 35 — JUSTO — Variante.

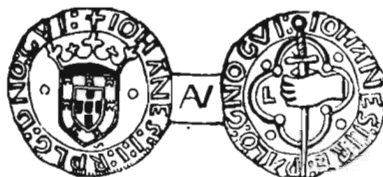


Fig. 36 — ESPADIM — Anverso: JOANNES II. REX PORT. ET ALG. Escudo das armas com as quinas pendentes.
Reverso: JOANNES II. REX PORT. ET ALG. Entre arcos, uma espada empunhada com a ponta para baixo; no campo a marca monetária L.

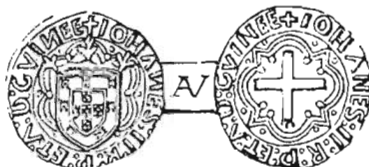


Fig. 37 — CRUZADO — Anverso: JOHANNES II. R. P. ET A. D. GUINE. Escudo das armas.
Reverso: JOHANNES II. R. P. T. ET A. D. GUINE. Cruz entre arcos.

Moedas de prata.

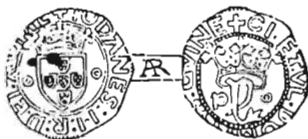


Fig. 38 — REAL DE PRATA — Anverso: JOHANNES II R. P. ET AL D. G. Escudo das armas.
Reverso: JOHANNES II. R. P. ET A. D. G. Outras apresentam as legendas: *Ci et ul. Dominus Guine*; no centro — Y — coroado e as iniciais L ou P, sendo lavrados em Lisboa ou no Pôrto.

Moedas de cobre.



Fig. 39 — CEITIL — Anverso: JOHANNES II. R. P. ET ALGARBI. Escudo com as quinas pendentes.
Reverso: JOHANNES II. R. P. ET ALGARBI. Um castelo com torres. Algumas destas moedas trazem somente a seguinte legenda: *Joannes Secundus*. Desde o reinado de D. João II encontram-se em muitas moedas de ouro, prata e cobre, de um lado, o nome do monarca reinante e do outro o nome do rei anteriormente falecido; trata-se de um engano cometido pelos operários que as cunhavam, utilizando-se dos cunhos de dois soberanos diferentes. O mesmo erro é encontrado nas moedas de alguns imperadores romanos.

* *
*

D. Manuel I, O Venturoso.

1495-1521

14.º Rei

Histórico — D. Manuel I, último filho do infante D. Fernando e neto do rei D. Duarte, nasceu em Alconhete a 31 de maio de 1469. Subiu ao trono a 25 de outubro de 1495, pelo falecimento, sem sucessor direto, de seu primo que o havia elevado em honras e escolhido para herdeiro do reino.

D. Manuel I casou três vêzes, sendo a primeira vez com D. Isabel, filha do príncipe D. Afonso; a segunda com D. Maria, filha do rei Fernando de Espanha e a terceira com D. Leonor, filha de Filipe I de Castela.

A 13 de dezembro de 1521, atacado de febre que grassava epidêmicamente em Lisboa, ao fim de nove dias falecia nos Paços da Ribeira o rei D. Manuel I, com a idade de 52 anos e 26 de reinado.

Jaz na capela-mor da igreja de Belém.

O acaso fêz de D. Manuel um grande rei, grande pelo tempo em que viveu, pelos homens que o serviram, pelos formosos talentos que o festejaram e honraram sua côrte.

Era então a plena exuberância da raça, o ciclo de maior grandeza da nacionalidade e o rei, de inteligência modesta e alma pequenina, foi o mais afortunado de todos os reis portugueses.

Lisboa era então uma das mais esplêndidas cidades do mundo e a côrte de D. Manuel, onde tantas preciosidades da Índias se acumulavam, a mais opulenta entre tôdas as da Europa.

Damião de Goes descreve D. Manuel

“de boa estatura, delgado, cabeça redonda, cabelo castanho, fronte descoberta, olhos esverdeados, branco de pele, voz clara, pernas compridas, assim como os braços, chegando-lhe os dedos das mãos abaixo dos joelhos. Diz também ser afável, religioso, trabalhador, amigo da música e dansas, dando repetidos saraus no Paço, com os quais folgava muito. Apresentava-se em público com grande pompa, trazendo sempre chocarreiros castelhanos (bobos) que o divertiam. Era dado à equitação, à caça e ao jôgo das canas, que atirava com muita destreza. Sabia o latim e dedicava-se ao estudo da astrologia e das crônicas de seus antepassados”.

Fatos principais do reinado de D. Manuel I — Os judeus e os mouros que não quiseram converter-se ao Cristianismo foram

expulsos de Portugal. Os que se converteram eram conhecidos por *cristãos-novos*.

Em 1506 deu-se em Lisboa a matança dos cristãos-novos, por ódio de raça e de religião, tendo D. Manuel I castigado os culpados.

Em 8 de julho de 1497 saiu do Restelo uma armada sob o comando de Vasco da Gama, para tentar o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, o que se realizou a 20 de maio de 1498.

Em 3 de maio de 1500 Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil.

Em 1500 Gaspar Côrte Real descobre a Terra Nova.

Em 1502 foi fundada a cidade marroquina de Mazagão.

Depois da viagem de Vasco da Gama, os portugueses fundam as feitorias de Cochim, Coullão e Cananor.

D. Manuel I cria o cargo de vice-rei da Índia; é nomeado, em 1505, o primeiro D. Francisco de Almeida.

D. Francisco de Almeida conquista em 1505, Quiloa e Mombaça.

Afonso de Albuquerque conquista Gôa, Málaca e Ormuz e faz tributárias de Portugal tôdas as regiões banhadas pelo Oceano Índico. Funda o Império Português do Oriente, fazendo de Gôa a capital.

D. Manuel I toma o título de *Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*.

Lopo Soares de Albergaria conquista Colombo, na ilha de Ceilão.

Fernão de Magalhães faz a primeira viagem de circunavegação.

Em 1507 Diogo de Azambuja conquista Safim; em 1513 D. Jaime, duque de Bragança conquista Azamor, Tete e Almedina.

Em 1514 D. Manuel I manda uma faustosa embaixada a Roma, chefiada por Tristão da Cunha. O Papa era então Leão X. Dessa embaixada, nos diz Damião de Góes na sua *Crônica de D. Manuel*:

“...indo com imensas riquezas, moedas de ouro lavradas para esta ocasião, raras à vista pela grandeza, por ser cada uma do pêso de quinhentos escudos, de que este presente foi estimado em um milhão de nossa moeda”.

No reinado de D. Manuel I publicaram-se as *Ordenanças Manuêlinas*.

Construíram-se no mesmo reinado a Tôrre de Belém, as Capelas Imperfeitas do mosteiro da Batalha, o Castelo da Pena, o Convento de Cristo, em Tomar, etc.

Heráldica — D. João II havia-lhe dado por emprêsa uma esfera com vários instrumentos náuticos e a legenda: *Primus circumdedisti me*. Nas suas edificações observa-se quase sempre este emblema.

Usou o escudo de armas de seu antecessor, depois reduziu os castelos a sete, três em chefe e dois de cada lado.

Foi êle que estabeleceu Portugal a Heráldica e mandou pintar na sala do Paço de Cintra os braços de armas das famílias mais ilustres do reino.

Quando rei tomou o tratamento de Alteza.

Numismática — No tempo de D. Manuel havia em Portugal muito ouro e o rei aproveitou-o para mandar lavrar novas moedas. O numerário português circulava então por tôda a Europa e era tão apreciado na Inglaterra ou na Flandres, na França ou na Itália, que Shakespeare faz proferir à Desdemona, no *Otelo*, quando a gentil enamorada se queixa de ter perdido o lenço que Iago havia de aproveitar para sua intriga, a seguinte frase: “Antes que-ria perder a minha bolsa cheia de *cruzados!*”

Teixeira de Aragão aponta como moedas do rei venturoso: em ouro, o *português*, o *cruzado* e o *quarto de cruzado*; em prata, o *meio português*, o *tostão*, o *meio tostão* o *índio* o *rial*, o *meio rial* e o *cinquinho*; em cobre o *rial* e o *ceitil*.

O último exemplar conhecido do *português*, adquirido e preciosamente conservado por Cenáculo, desapareceu do museu de Évora, quando os franceses saquearam a cidade em 1808; há uma cópia dessa moeda em chumbo na coleção da Biblioteca Nacional. Essa cópia tem no verso as armas reais com três anéis de cada lado, no anverso a cruz de Cristo e o carimbo IOU com uma corôa.

O *português* foi a maior moeda que se cunhou em Portugal até ao reinado de D. João V e Gaspar Correia, nas suas *Lendas da Índia* conta que o rei Melinde gostou tanto de uma destas moedas que Vasco da Gama lhe mostrara, que o grande navegador lhe deu dez delas, pedindo-lhe que as guardasse para nunca se esquecer dos *portuguêses*. Vê-se por aí que essas moedas deveriam ser muito apreciadas por todos que a conheceram.

Os *cruzados* vêm já dos reis anteriores; julga-se que lhes chamavam *afonços de ouro*, por terem sido cunhados no tempo de

Afonso V. Garcia de Rezende refere que corriam com tanta abundância no seu tempo que,

“valendo trezentos e noventa *reais*, se davam para os trocarem cinco *reais*, mas que depois foram escasseando e que quem os precisava os comprava por quatro centos e dez *reais*”.

O *quarto de cruzado* é de ouro também e diz Teixeira de Aragão ter conhecido apenas um exemplar.

O *tostão* ou *quarto de português* de prata foi criado por D Manuel, com a

“mesma divisa, escudo, letreiro dos *portuguêses* de ouro, de que cada qual *tostão* vale cinco *vintes*, e cada *vinte*, vinte *riaes brâcos*”.

O *meio tostão* criado também por D. Manuel seria de 1517 e os que hoje se conhecem, são de pêso inferior ao de metade dos *tostões*, circunstância que Damião de Góes comenta dizendo

“quão pouquo proveitoso he ho fazer das moedas nouas...”.

Os *reais de prata* ou *vintes*, tem o valor de vinte *reaes brancos* ou seis *ceitis* e são muito variados nas legendas e nas dimensões; os *meios reais* ou *meios vintens* e os *cinquinhos* são hoje bastante raros.

Os *reais de cobre* e os *ceitis*, muitas vêzes descontentaram o povo pela sua alteração; os primeiros tinham de um lado um R por baixo da corôa e do outro o escudo das armas; os segundos são a continuação dos *ceitis* cunhados pelos reis anteriores. Os *reais* valiam seis *ceitis* e a propósito dêles Damião de Góes nota que correram poucos porque o preço das coisas que valiam um *ceitel* ou pouco mais, logo subiu a um *real*.

MOEDAS DE D. MANUEL I

Ouro	{	Português
		Cruzado
		Quarto de cruzado
Prata	{	Meio português
		Tostão
		Meio tostão
		Índio
		Real
		Meio real
		Cinquinho
Cobre		Real
		Ceitel

Moedas de ouro.

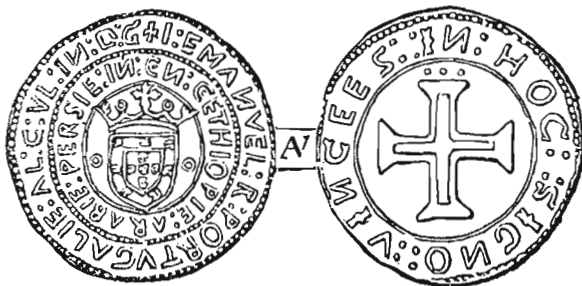


Fig. 40 — Anverso: PRIMUS EMANUEL R. PORTUGALIAE ALG. CITRA ULTRA IN AFRICA DOMINUS GUINEE, IN COMMERCII, NAVIGATIONE AETHIOPIAE, ARABIAE, PERSIAE, INDIA. Este foi o titulo que tomou D. Manuel I depois que Vasco da Gama descobriu o caminho maritimo para a India. Escudo das armas, tendo a legenda em dois circulos e em abreviaturas
Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. No campo, a Cruz da Ordem de Cristo.

Moedas de prata.



Fig. 42 — TOSTÃO ou quarto de Português — Anverso: P. EMANUEL R. P. ET A. D. GUINE. Escudo das armas e aos lados os diversos sinais monetários indicativos dos lugares onde eram cunhados: L — V; O — V; V — L; P — Q; L — Q.
Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz da Ordem de Cristo. Alguns exemplares apresentam esta cruz cantonada de quatro estrélas.



Fig. 42 — REAL DE PRATA ou VINTÉM — Anverso: P. EMANUEL R. P. ET A. D. GUINE. Escudo das armas.
Reverso: P. EMANUEL R. P. ET A. D. GUINE. Corôa Real suscitando a inicial M do nome do monarca; ao lado a letra designando a casa monetária onde foi fabricado.

Moedas de cobre.

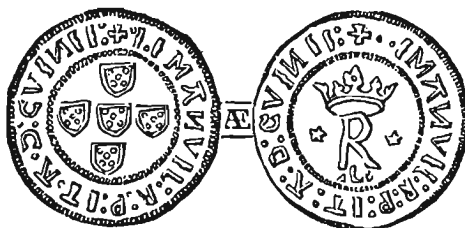


Fig. 43 — REAL DE COBRE — “Fêz-se Reaes de cobre de seis Ceptis cada Real, tinham de uma banda um — R — debaixo de uma corôa, e da outra o escudo das armas do reino, e de ambos os lados o letreiro — *Emmanuel R. Port. et A. D. Guinae* — dos quais Reaes de cobre correram poucos, por preço das coisas, que valia um Ceptil, ou pouco mais, se alevantar logo no de um Real; do que se pode ver, e assim do que já disse dos Meios Tostões de prata, que El Rei fez; quão pouco proveitoso é o fazer das moedas novas, e sobretudo das grossas, principalmente nas de cobre, ou liga baixa, de que o povo se serve por meudo”. (*Crônica de Damião de Góez*, Cap. 86 — *Hist. Gen.* Tom. IV. Tab. G, Estampa n. 50).

Nota — Estes Reaes são muito raros.

* *
*

D. João III, O Piedoso.

1521-1567

15.º Rei

Histórico — D. João III, filho de D. Manuel I e de sua segunda mulher D. Maria, nasceu em Lisboa a 6 de junho de 1502 e se casou com D. Catarina, filha de Filipe I de Espanha, a 5 de fevereiro de 1525.

Foi aclamado a 13 de dezembro de 1522, aos 19 anos de idade, falecendo em Lisboa a 11 de junho de 1557, com 57 anos e 35 de reinado. Jaz no mosteiro dos Jerônimos em Belém.

D. João III teria sido um monarca digno do afeto da nação, se o seu caráter tímido, perplexo e nìmiamente religioso o não tivesse sujeitado ao jugo da superstição e do fanatismo.

Portugal estava no auge de sua glória, dominando na Ásia, na África, na América, possuindo fortalezas na Índia e até no Extremo Oriente, senhoreava um grande número de ilhas africanas.

Fatos notáveis dêste reinado:

D. João adquiriu, por compra à Espanha, as ilhas Molucas.

D. João III iniciou a colonização metódica do Brasil. Êste é o seu maior título de glória.

Mandou fundar na Bahia a cidade do Salvador, capital do Brasil e divide em capitánias este território, encarregando de sua administração a Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, que dela se ocupou com todo o desvêlo.

Presta auxílio ao imperador Carlos V na expedição contra Tunis, enviando uma famosa armada às ordens de seu irmão, o infante D. Luís.

Neste reinado é descoberta a grande ilha chamada depois *Nova Holanda*, o império do Japão e a China cede a Portugal a colônia de Macau.

D. João III abandona ao norte da África as praças de Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila.

A Universidade é transferida para Coimbra.

D. João III obteve do papa o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) em Portugal.

E' introduzida em Portugal a Companhia de Jesus, a quem é entregue o ensino público.

Men de Sá derrota os franceses que se haviam apoderado da região da baía da Guanabara e funda a cidade do Rio de Janeiro.

Heráldica — Teve por emprêsa a cruz de Cristo sôbre o calvário, com a legenda: *in hoc signo vinces* (Divisa da Inquisição).

Usou as mesmas armas de seu pai.

Numismática — D. João III continuou a usar como moedas de ouro, os *portuguêses* e os *cruzados* de seu pai e lavrou além dessas, também em ouro, os *sanvicentes* e os *meios sanvicentes*.

Os desenhos dos *sanvicentes* foram feitos por Antônio de Holanda e seu filho Francisco de Holanda, como este próprio conta no seu interessante manuscrito, preciosamente conservado na Biblioteca da Ajuda com o título *Da Fabrica Que falecé ha Cidade de Lysboa*.

Os *sanvicentes* chamavam-se assim, por terem no centro, entre duas estrêlas, São Vicente em pé, com a palma e um navio; os *meios sanvicentes* tinham também a palma e o navio, mas apenas o busto do santo. Tanto numa como noutra destas moedas, o fanático rei mandara gravar o título *Zelator Fidei*, que lhe fôra concedido pelo papa Paulo III — segundo Severim de Faria — pelo grande zêlo e instâncias com que pediu o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição para o seu reino.

As moedas de prata de D. João III foram o *tostão*, o *meio tostão*, o *real* ou *vintém*, o *meio real* ou *meio vintém*, o *cinquinho*, o *real português* ou *dois vintens* e o *real português dobrado* ou *qua-*

tro *vintens*; as moedas de cobre foram os *dez reais*, os *três reais*, o *real* e o *ceitil*.

O *tostão* tinha a Cruz de Avís; o *vintém* tinha os dois **XX** indicativos do seu valor.

Os *dez reais*, descritos por Francisco de Andrade eram também conhecidos por *patações* e de pêso tão irregular, que um alvará de dezembro de 1551, determinava que as moedas de cobre fôsem uniformes, pesando-se cada uma de per si.

MOEDAS DE D. JOÃO III

Ouro	{	Português Cruzado São Vicente Meio São Vicente
Prata	{	Tostão Meio tostão Real ou vintém Meio real ou meio vintém Cinquinho Real Português ou 2 vintens Real Português dobrado ou 4 vintens
Cobre	{	Três reaes Real Ceitil

Moedas de ouro.

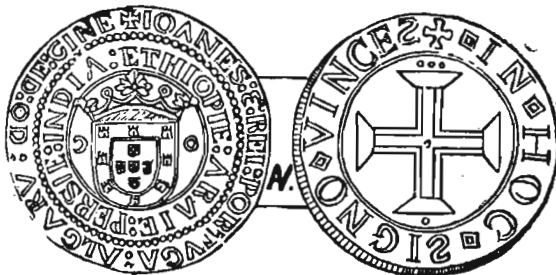


Fig. 44 — PORTUGUÊS — Anverso: JOANES 3. R. PORTUGALIE. AL. C. VL. IN A. D. G. C. ETI. ARABIA. PSI. e I. A legenda em dois círculos, no centro o escudo das armas e a marca monetária G O. Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz da Ordem de Cristo.

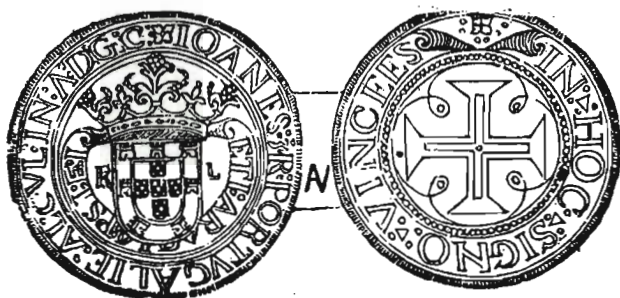


Fig. 45 — Outro exemplar, notando-se a Cruz da Ordem de Cristo com diferentes ornatos. Marca monetária R L.
Estas moedas valiam 4.000 réis.



Fig. 46 — CRUZADO DE CRUZ DO MONTE CALVARIO — Anverso: JOA. III. PORT. ET A. R. D. G. Escudo das armas.
Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz do Monte Calvário.
Valia 400 réis.

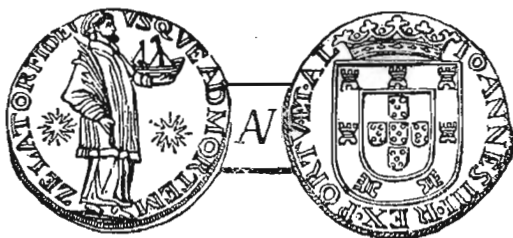


Fig. 47 — MOEDA DE S. VICENTE — Anverso: JOANNES III. REX PORT. ET AL. Escudo das armas.
Reverso: ZELATOR FIDEI USQUE AD MORTEM. Figura de São Vicente tendo um navio na mão esquerda e uma palma na direita.
Esta moeda foi lavrada quando se instituiu em Portugal o Tribunal da Inquisição, pela Bula do Papa Paulo III.
Valia 1.000 réis.

Moedas de prata.

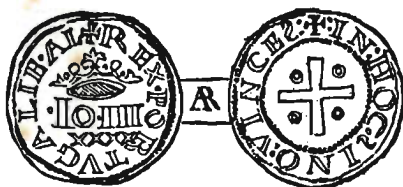


Fig. 48 — REAL PORTUGUÊS — Anverso: REX PORTUGAL ET ALG. D. G. Corôa e no campo da moeda: JO. III; por baixo XXXV. Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz de São Jorge. São Muito variados os tipos e legendas destas moedas. Valia 40 réis.

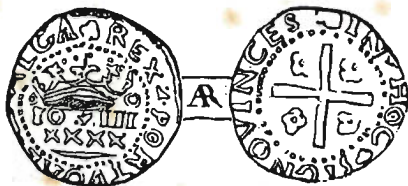


Fig. 49 — Outra variante do REAL PORTUGUÊS.

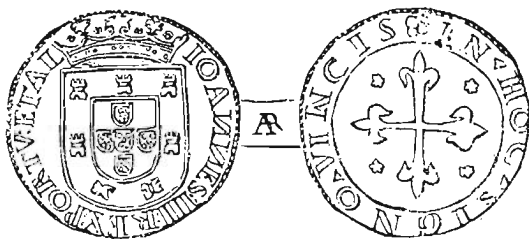


Fig. 50 — TOSTÃO — Anverso: JOANNES. III. R. PORT. Escudo das armas. As moedas lavradas no Pôrto têm a marca monetária P R ou P O e as de Lisboa não trazem marca. Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz de Avis cantonada de quatro pontos. Valia 100 réis. Estas moedas de prata trazendo a Cruz de Avis, de nova fabricação, foram lavradas de acôrdo com o Alvará de 26 de junho de 1555. (*Registro da Casa da Moeda*, liv. 1, fls. 26) que ordenava "se fizessem duas fortes moedas de ouro de 1.000 réis e de 500 réis e de prata Tostões, Meios Tostões e Vintens". (*Hist. Gen.* Tom. IV, Tab. 1, n. 61).

Moedas de cobre.



Fig. 51 — DEZ RÉIS — Anverso: JOANES. III. D. G. PORT. ALG. Escudo das armas.
Reverso: REX QUINTUS DECIMUS. No centro X.
Valia 10 réis.

* *
*

D. Sebastião I, O Piedoso.

1557-1578

16.º Rei

Histórico — D. Sebastião I, filho do príncipe D. João e da princesa D. Joana, nasceu em Lisboa a 20 de janeiro de 1554.

Tinha três anos quando D. João III, seu avô, baixou ao túmulo; herdeiro do trono, durante sua menoridade governou o reino sua avó D. Catarina até ao ano de 1561 e depois seu tio, o cardeal D. Henrique, até 1567, ano em que o moço rei assumiu os régios poderes.

Partindo para a África a 24 de junho de 1578, dali nunca mais voltou. Tinha 24 anos.

Desde tenra idade, D. Sebastião manifestara um caráter decididamente elevado e com substância para fazer dêle um rei que fôsse digno do trono português e ídolo dos seus vassallos; mas os jesuítas o afetaram desde os mais verdes anos de todos os preconceitos de uma educação ascética e o jovem soberano se deixou por êles arrastar até consumir a ruína da pátria. Os jesuítas aconselharam-no a partir para a Índia e coroar-se imperador do Oriente e antes da fatal expedição à África, incutiram no ânimo do infeliz monarca tais escrúpulos, a ponto de o estorvarem de casar-se para deixar o trono vago a um príncipe septuagenário, o cardeal D. Henrique.

Fatos notáveis dêste reinado — A glória adquirida em seu tempo pelos nobres capitães da sua côrte, aguilhoava a sua ambição de glória e tais eram os desejos que tinha de se tornar célebre, que era êle próprio que ia ao encôntro dos perigos e dos combates e foi sem dúvida essa ambição de glória que o levou a imaginar a conquista de Marrocos e a humilhação do orgulho maometano. Foi a Tânger e a Ceuta em 1574, onde mostrou o seu valor e a sua coragem; mais tarde intentou sem reflexão e sem atender aos bons conselhos a desastrosa jornada da África em que perdeu a vida e comprometeu sem querer, a sua corôa e a sua pátria. Um exército heterogêneo e inexperiente, como êle, fascinou os seus belos desejos e tornou-se na sua mente, de pequeno que era, num exército invencível, só porque se via rodeado da mais alta nobreza do país.

Partiu a 25 de janeiro de 1578, deixando o govêrno do reino entregue a uma regência de cinco membros, por isso que o cardeal D. Henrique o recusara.

Chegando a Tânger deu batalha ao inimigo; travou-se a luta e o pequeno exército cristão composto de 16.500 homens, bate-se contra 150.000 ao mando de Moley-Meluk. Os portugueses lutam com heroísmo e desespero, o campo alástrado de cadáveres. D. Sebastião paga com a vida os seus erros, sabendo morrer como soldado valente ao lado dos seus bravos companheiros; os poucos que restaram foram feitos prisioneiros.

Esse desastre que a história registra como a batalha de *Alcácer-Kibir*, feriu-se a 4 de agosto de 1578. Três dias depois, encontraram um cadáver bárbaramente mutilado e já meio decomposto, que os cavaleiros portugueses disseram ser o corpo do infeliz monarca. Reclamado ao rei de Marrocos, êste o cedeu generosamente, regeitando o preço oferecido pelo cardeal-rei. Os restos mortais, que se supõem de D. Sebastião, foram então depositados na capela-mor do mosteiro da Trindade, em Ceuta, onde se conservaram até Filipe II os mandar vir para o Algarve, no ano de 1582. Um século depois, D. Pedro II fêz colocar aquêles ossos num mausoléu construído na capela do lado da epístola na igreja de Belém, com o seguinte epitáfio:

“Conditur hoc tumulo, si vera est fama, Sebastus,
Quem tulit in Libycis mors properata plagis;
Nec dicas falti qui vivere credit;
Pro lege extincto mors quasi vita fuit”.

Neste reinado, entre outros varões ilustres que tanto se distinguiram nas letras, teve lugar sobranceiro Luís de Camões, o imortal autor dos *Lusiadas*.

Heráldica — Teve por emprêsa num campo, oito estrêlas, com o moto: *Celsa serena favent*.

Usou as mesmas armas de seu avô, a que juntou a corôa real e os castelos, um em chefe e três de cada lado.

Foi o primeiro rei que teve o tratamento de *Majestade*.

Numismática — As moedas de ouro de D. Sebastião foram o *sanvicente*, o *meio sanvicente* e os *quinhentos reais*. A esta moeda davam o nome de *engenhoso*, por ser fabricada por João Gonçalves que tinha aquela alcunha.

As primeiras moedas de prata lavradas em nome de D. Sebastião, ainda na gerência de D. Catarina, foram os *tostões*, os *meios tostões* e os *vintens*; as de cobre continuaram a ser as mesmas do reinado anterior.

MOEDAS DE D. SEBASTIAO

Ouro	{	São Vicente Meio São Vicente Moeda de 500 reaes Moeda de 500 reaes (<i>engenhoso</i>)
Prata	{	Tostão Meio tostão Vintém Meio vintém
Cobre	{	Dez reaes Cinco reaes Três reaes Real Ceartil

Moedas de ouro.



Fig. 52 — MOEDA DE S. VICENTE — Anverso: SEBASTIANVS I REX PORTUGALLIAE ET. Escudo das armas com corôa; aos lados as marcas monetárias L G. Reverso: ZELATOR FIDEI VSQVE AD MORTEM. Figura de São Vicente, com um navio na mão esquerda e na direita uma palma. Valia 1.000 réis.

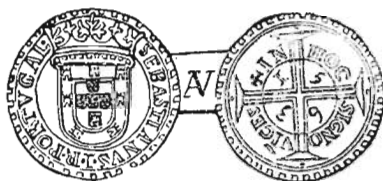


Fig. 53 — ENGENHOSO — Anverso: SEBASTIANUS. I. R. PORTUGAL. Escudo das armas; algumas trazem a marca monetária aos lados do escudo — G A — outras não.
Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz de Cristo cantonada com os algarismos das datas entre dois círculos.
Valia 500 réis. Esta moeda *Engenhoso* “foi inventada e fundida por João Gonçalves o Engenhoso, pondo-lhe uma orla para não poder ser cerceada. Todo o tipo e forma de letras é diverso das outras moedas contemporâneas, sendo esta a primeira moeda portuguesa que se encontra com a data do ano em que foi lavrada. (*Hist. Gen.* Tom. IV, Tab. L, n. 79).

Moedas de prata.



Fig. 54 — TOSTÃO — Anverso: SEBASTIANUS. REX. PORT. ET. AL. Escudo das armas reaes com corôa aberta, apresentando-se outros exemplares com a corôa fechada. D. Sebastião foi o primeiro Rei de Portugal que usou a corôa real fechada, imitando os outros soberanos.
Reverso IN HOC SIGNO VINCES. Cruz da Ordem de Cristo; outros exemplares trazem a Cruz de Avis.
Algumas destas moedas costumam trazer as iniciais P R, mostrando terem sido lavradas no Pôrto.
Valia 100 réis.

Moedas de cobre.

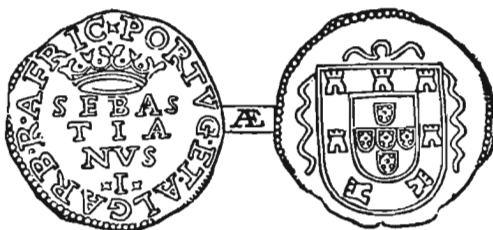


Fig. 55 — TRÊS RÉIS — Anverso: SEBASTIANUS. I. Por baixo da corôa e na orla: PORTUG. ET ALGARB. R. AFFRIC.
Reverso: Escudo das armas sem corôa e sem legenda.
Valia três réis.

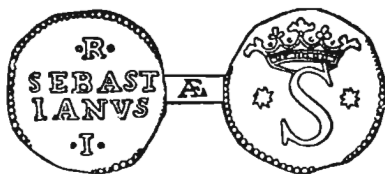


Fig. 56 — REAL DE COBRE — Anverso: A inicial S coroada e sem legenda, tendo aos lados duas pequenas estrêlas.
Reverso: R. SEBASTIANUS I, no campo da moeda.
Valia um real.

* *
*

D. Henrique, O Casto.

1578-1580

17.º Rei

Histórico — O cardeal D. Henrique, oitavo filho do rei D. Manuel I, nasceu em Lisboa a 31 de janeiro de 1512.

Foi aclamado a 28 de agosto de 1578.

Faleceu numa debilidade extrema, a 30 de janeiro de 1580, em Almeirim, com a idade de 68 anos, sendo seu corpo trasladado em 1582, para o túmulo ainda hoje existente na igreja de Belém.

D. Henrique foi príncipe humano, virtuoso e amante da justiça; cultivou as ciências e as letras; foi muito versado nas línguas grega, latina e hebraica, em teologia, filosofia e nas matemáticas, como discípulo do insigne matemático Pedro Nunes.

Todavia, deixou-se dominar pelos jesuítas, a quem era sobremaneira afeiçoado, chegando a aceitar o cargo de Inquisidor Geral, que exerceu com o maior rigor.

Subindo ao trono, de nenhuma de suas boas qualidades deixou reluzir o efeito, antes, pela sua tibieza e perplexidade, fêz cair a pátria sob o jugo estranho. Irresoluto, aflito e aterrado pelas ameaças de Filipe II de Castela, vacilou na escôlha de um sucessor, quando o tinha legítimo na duqueza de Bragança.

Cinco príncipes descendentes de D. Manuel se julgaram com direito à corôa e principiaram a alegar os seus direitos de sucessão: 1.º — Filipe II, de Espanha, filho da infanta D. Isabel; 2.º — Manuel Felisberto, duque de Sabóia, filho da infante D. Brites; 3.º — D. Antônio, prior do Crato, filho ilegítimo do infante D. Luís; 4.º — Rainúcio, príncipe de Parma, filho de D. Maria, filha do infante D. Duarte; 5.º — D. Catarina, filha de D. Duarte.

Além dos cinco, apareceu também como pretendente o papa Gregório XIII, fundando-se na razão de D. Henrique ser cardeal,

considerando o reino como espólio vago à Santa Sé. Esta pretensão e a da rainha de França, Maria de Médicis, não tinham valor; aquela, por injustificável e esta porque não pudera provar a descendência que alegava, dizendo-se filha do rei Afonso III.

Não há dúvida que a candidatura de D. Catarina era a mais legal; filha de pais portugueses, neta do rei D. Manuel I, casada com D. João, duque de Bragança, sustentado o seu direito pela Universidade de Coimbra, era portanto a que se julgava com sólido direito e assim o julgava também o próprio D. Henrique.

Nada, porém, o decidiu a tomar um arbítrio digno, político e decisivo; morreu deixando o reino à mercê dos ambiciosos, sem braços enérgicos e almas dedicadas que pudessem resistir à Espanha.

Muito bem o compreendeu o imortal cantor das glórias passadas, quando viu a nacionalidade ameaçada:

“Morro enfim com a pátria que tanto amei”.

De fato, no dia 10 de junho de 1580 morria Luís de Camões e sete dias depois principiava o domínio castelhano que duraria sessenta anos.

Heráldica — O cardeal-rei teve por empresa um delfim envolto numa âncora e como legenda: *Festina lente*.

Usou as armas do seu antecessor, conquanto já desde D. Fernando se encontrem escudos em ponta; foi, porém, neste reinado que mais apareceram.

Numismática — O cardeal D. Henrique mandou cunhar várias moedas semelhantes às de D. Sebastião, em pêsos, tipos e valores, diferindo apenas no nome do soberano.

Os governadores do reino, durante o interregno, cunharam também em ouro os *quinhentos reais*; em prata os *tostões* e *meios tostões*.

MOEDAS DE D. HENRIQUE

Ouro	Moeda de 500 reaes
Prata	{ Tostão Meio tostão Real português dobrado Vintem
Cobre	} Dez reaes Cinco reaes

Moedas de prata.

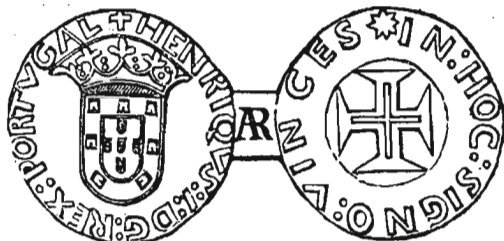


Fig. 57 — TOSTÃO — Anverso: HENRIQVS. I. D. G. REX PORTVGAL. Escudo das armas do reino.
Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz de Cristo.

Moedas de cobre.

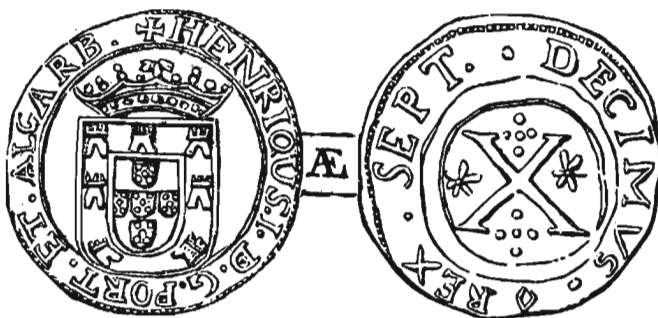


Fig. 58 — DEZ RÉIS — Anverso: HENRIQVS. I. D. G. PORT. ET. ALGAR. B. Escudo das armas.
Reverso: REX. SEPT. DECIMVS. No centro X.

* *
*

INTERREGNO

(31 de janeiro a 3 de dezembro de 1580)

Governadores do Reino de Portugal.

Histórico — Por morte do cardeal-rei D. Henrique ficou governando o país uma regência de cinco membros, designados pelas côrtes constituídas em Lisboa: D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa; Francisco de Sá e Menezes, camareiro-mor do falecido monarca; D. João de Mascarenhas, o defensor de Diu; Diogo Lopes de Souza, senhor de Miranda e João Teles de Menezes, senhor de Aveiras.

Dos cinco governadores, três eram reconhecidamente favoráveis a Castela. Nesse estado foi-se pervertendo o brio nacional; não ousavam entregar o reino aos espanhóis, receando a indignação do povo, não organizavam a nação para repelir a invasão que em Espanha se preparava contra Portugal.

Enquanto os governadores estavam em Setúbal, o povo em Santarém aclamava D. Antônio, Prior do Crato, filho natural do infante D. Luís, o qual entra em Lisboa a 24 de junho de 1580, elevado ao título de rei de Portugal; começa a exercer os seus poderes e obrigações de soberano, governando e mandando cunhar moeda, ao mesmo tempo que se prepara para a resistência.

A êsse tempo, o duque de Alba, atravessando a fronteira à frente de um grande exército, fazia as mais importantes praças do Alentejo prestarem obediência a Filipe II.

D. Antônio organiza tumultuariamente um pequeno exército de oito mil homens, com os quais tentou tomar o passo ao invasor. Mas em breve viu os seus soldados e grande parte da nobreza abandonarem a sua causa e a da nação, para irem a Badajós prestar vassalagem a Filipe.

A regência, de Setúbal, transfere-se para São Lucas, onde aclama D. Filipe II de Castela, primeiro em Portugal, por alvará de 7 de agosto, proclamado em Badajós.

Em virtude dos acontecimentos que se sucederam, o duque de Alba invadiu Lisboa, acampando além da ponte de Alcântara com vinte mil homens de seu exército. Aí é atacado pelo Prior do Crato, com a diminuta força de quatro mil homens mal armados e o resultado foi desastroso. O Prior, vendo-se perdido, embarca para a França e daí para as ilhas dos Açores, que reconheciam a sua autoridade.

D. Filipe, entrando em Portugal, decretou que os deputados se reunissem em Tomar, onde resolvera celebrar côrtes e a 17 de julho de 1580, Filipe II de Espanha, era declarado *rei hereditário de Portugal*, com o título de Filipe I.

MOEDAS MANDADAS LAVRAR PELOS GOVERNADORES DO REINO

Ouro	Moeda de 500 reaes
Prata	Tostão
	Moeda de 500 reaes

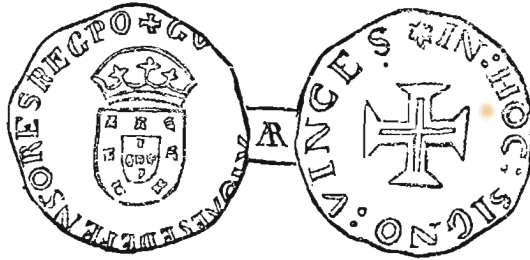


Fig. 59 — TOSTÃO — Anverso: GUBERNADORES E DEFENSORES REG. P.
Escudo das armas com corôa fechada.
Reverso: IN HOC SIGNO VINCES. Cruz de Cristo.

* *

D. Antônio, O Prior do Crato.

(No reino de 19 de junho a 25 de agosto de 1580 e na ilha Terceira de 5 de agosto do mesmo ano a 3 de agosto de 1583).

Histórico — Concluída a luta no continente, estava ainda reservada uma parte importante à ilha Terceira e ao seu benemérito corregedor, Cipriano de Figueiredo e Vasconcelos. O Prior do Crato havia sido aclamado em Angra, a 5 de agosto de 1580 e para obrigar a ilha a reconhecer o senhorio de Castela, foi desembarcar na Salga, D. Pedro Valdez, à frente de uma divisão que os terceirenses derrotaram.

Catarina de Médicis ainda enviou ao arquipélago dos Açores, que como já dissemos seguia o partido de D. Antônio, uma esquadra comandada pelo conde de Brissac, que aportou a São Miguel, mas que foi desbaratada pelo marquês de Santa Cruz que tinha o comando da esquadra espanhola (1582).

Em 1589, Isabel da Inglaterra, socorre com doze mil homens a D. Antônio, que chegou ainda ao Tejo; foi, porém, mal recebido, por terem chegado ao conhecimento dos portugueses a concessão desonrosa que fizera dos domínios de Portugal, retirando-se o Prior do Crato para Paris, onde morreu pobre, com o *título de rei* (1595).

D. Antônio havia recebido uma instrução acima do vulgar, era de meia estatura, presença agradável, intrépido mas imprudente, de gênio volúvel, desconfiado e pouco composto em costumes.

Numismática — D. Antônio não pôde, pelos poucos dias que ali se demorou, cunhar moeda em Setúbal, como Barbosa Machado

pretendia; cunhou-a depois em Angra, durante os três anos de sua resistência a Filipe II.

Foi Manuel da Silva quem primeiro em Angra tratou de organizar Casa da Moeda no pátio do hospital

“com juizes, escrivão e peritos, sendo o abridor dos cunhos o mestre Gaspar Ribeiro, ouvires muito hábil”.

Aí se fabricaram moedas de ouro de *quinhentos reais* e em prata *cruzados, tostões* e *meios tostões*.

Além destas, D. Antônio teve em cobre os *quatro reaes*, os *dois reaes*, o *real* e o *ceartil*.

Por ocasião de gravíssimas dificuldades financeiras, muitas das moedas de D. Antônio foram carimbadas com um açor, ficando a valer o dôbro, desde que tivessem essa contramarca.

MOEDAS DE D. ANTÔNIO

Ouro	Moeda de 500 reaes
Prata	{ Cruzado Tostão Meio tostão Vintém
Cobre	{ Quatro reaes Dois reaes Real Ceartil

Moedas de prata.

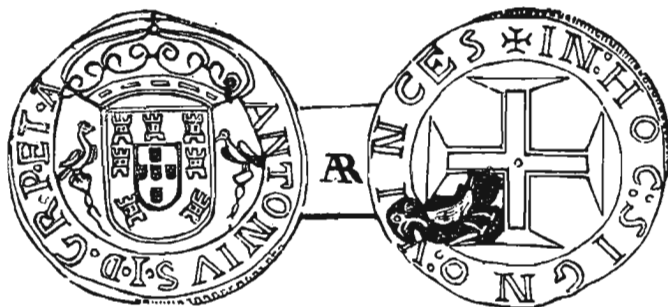


Fig. 60 — CRUZADO — Anverso: ANTONIUS. I. D. G. R. ET. AL. Escudo das armas com um Açor de cada lado. Reverso: IN. HOC. SIGNO. VINCES. Cruz da Ordem de Cristo e a contramarca do Açor para lhe aumentar o valor.

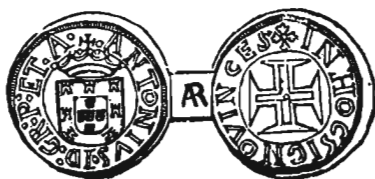


Fig. 61 — MEIO TOSTÃO — Anverso: ANTONIUS. I. D. G. R. P. ET A. Escudo das armas.
Reverso: IN. HOC. SIGNO. VINCES. Cruz da Ordem de Cristo.

(Continua no próximo número).

ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA
da Sociedade Numismática Brasileira.